





MARCAS da disseminação

Júlia Almeida¹

Nesta década de grandes eventos transnacionais no país experimentamos um momento propício para flagrar o Brasil se dizendo e sendo dito. Um grande conjunto de textos e imagens está se produzindo, imbricado a todo tipo de prática não discursiva – reestruturação de cidades, construção de estádios etc. –, intensificar-se-á nos próximos anos e pode ser usado para revelar modos de ver, dizer e fazer a nação contemporânea numa relação estreita com o sistema-mundo que também fala em nós e de nós.

A imersão no entorno discursivo da Copa de 2014 serve de acesso a discursos e imagens que, por um lado – o discurso oficial dos organizadores, do governo e da grande mídia –, pautam o processo de construção de uma imagem dominante do país e, por outro, resvalam numa rica produção cultural que interpela o processo a partir de ângulos de participação menos favoráveis (os remanejados das áreas de desapropriação, por exemplo), que imprimem um caráter contra-discursivo ao projeto de constituição de um país-só-imagem, como visibilidade esvaziada de possibilidades reais de existência.

Iniciaremos nosso trajeto com as teorizações de Homi Bhabha e Stuart Hall, autores que mesclaram as fronteiras dos estudos pós-coloniais e culturais para revolver o pensamento da identidade nacional, aproximando-as de reflexões sobre o futebol e as Copas do Mundo no contexto contemporâneo. A imersão no material discursivo, especialmente no texto subalterno que os preparativos da Copa no Brasil trazem à cena, é o mote para enfatizarmos a necessidade de uma

¹ Júlia Almeida é professora da Universidade Federal do Espírito Santo.

crítica pós-colonial² no país, que dê conta de explicitar, também com relação a esta imagem dominante que se quer produzir, os dispositivos gestados na nossa história colonial e pós-colonial e que insistem em trazer ao presente as contradições e violações de nossa formação.

NAÇÃO CONTEMPORÂNEA, Copa e estado de exceção

Stuart Hall, em 1992, com *A identidade cultural na pós-modernidade*, chamou a atenção para os processos diversos que estão ocorrendo nas formas contemporâneas de identificação cultural, particularmente quanto ao “aspecto da identidade cultural moderna que é formado através do pertencimento a uma cultura nacional” (2011, p. 22). Se uma teoria moderna da nação afirmava a unificação da cultura nacional em torno de suas instituições culturais, símbolos e representações que logravam homogeneizar a diferença cultural em uma unidade ou identidade, a reflexão contemporânea tende a realçar o caráter discursivo desses dispositivos da nação que, investidos de poder cultural, têm por finalidade representar a nação como unificada, sem que de fato tenhamos que pensá-la como tal. Para Hall, as culturas e identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e são atravessadas por divisões e diferenças internas. Com a globalização e a compressão do tempo-espço que lhe é própria, tende-se a perceber um trânsito mais intenso e uma interdependência entre as nações, tendo como consequências a desintegração das identidades nacionais pela homogeneização global, pelo reforço e fascínio das identidades locais e pela consequente hibridização cultural com as migrações em massa.

Homi Bhabha, um pouco antes, havia organizado *Nation and Narration* (1990), em que a nação é percebida no ato de se escrever, de se narrar, na ambivalência entre progresso e regresso, entre racionalidade política e irracionalidade; na instabilidade e na indeterminação dos sentidos que se produzem na linguagem arrebatada pelas diferenças culturais; na “ampla

² Como define Boaventura de Sousa Santos, a acepção histórica de *pós-colonialismo* concerne ao período que sucede a independência das colônias; a acepção crítica se pauta em práticas e discursos de desconstrução e substituição das narrativas produzidas pelo colonizador (SANTOS, 2002, p. 13), como forma de superação das heranças coloniais. Ativamos no texto em distintos contextos esses dois sentidos, histórico e crítico.

disseminação pela qual nós construímos o campo de significados e símbolos associados com a vida nacional” (1990, p. 3, tradução minha); na direção de novas relações com o exterior e de construção de uma perspectiva transnacional. Seria preciso ver além dos dispositivos de homogeneização e hegemonização de certos valores culturais e indagar os processos que o autor chama de “disseminação – de significado, tempo, povos, fronteiras culturais e tradições históricas” (1990, p. 317), em que uma polifonia de histórias e contra-narrativas escreve a nação como “‘zona de instabilidade oculta’ onde reside o povo” (FANON apud BHABHA, 1990, p. 303), revolvendo o terreno das manobras ideológicas pelas quais comunidades recebem identidades essencializadas.

Seguiremos, assim, os rastros dessa teorização contemporânea do nacional, que libera as figuras da diferença, do heterogêneo, da ambivalência, do contraditório, para pensar as múltiplas dimensões das nações contemporâneas nas tramas de uma disseminação de sentidos, nas margens de suas diferenças culturais incomensuráveis, nas marcas de uma desidentificação complexa com a voz uníssona, nas tramas de relações e afiliações transnacionais etc.

Neste cenário contemporâneo, o futebol pode ser entendido como o “o fio tênue que sobrou entre a pós-modernidade e a resistente *mise-em-scène* de valores que a modernidade dissipou” (WISNIK, 2008, p. 18): por contrair temporalidades e universos de experiências distintos, o futebol torna-se campo de conflitos, de tensões do nosso mundo, por ser ao mesmo tempo transnacional e local, consumo e prática, mercadoria/espetáculo e experiência coletiva, economia e cultura, pós-modernidade e modernidade, estilos nacionais e estilos globalizados transnacionais etc.

A visceral relação do futebol com a experiência da nação brasileira tem sido lida no país sobretudo através das lentes das ciências sociais (HELAL, 2001, 1997; SIMONE GUEDES, 1998; GASTALDO, 2002) e da crítica literária/cultural, da qual o livro de José Miguel Wisnik, *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil* (2008), é certamente uma referência por apresentar possibilidades e riscos da interpretabilidade do Brasil e seu futebol, situando seu discurso e seu objeto fora dos dois polos da gangorra interpretativa que caracterizam os principais modos de dizer o país e seu futebol: nem remédio universal (deslumbramento e importância desmedida) nem veneno de si mesmo (negativo crônico e desimportância), Wisnik aponta a necessidade de uma saída dessa síndrome, através de categorias e reposicionamentos críticos.

Como parte dessa dramatização da dimensão nacional, as últimas Copas do Mundo – vividas anteriormente como o “teatro das nações” ou o “estado de exceção das nações reunidas” – já mostrariam sinais de uma nova conjuntura de forças no futebol e nos seus ritos e passam a falar muito mais claramente o discurso do capitalismo, com as nações tornando-se “ficções que modulam o jeito de tomar Coca-Cola” e a publicidade invadindo bolas, campos e camisas (WISNIK, 2008, p. 25).

Em nove décadas de existência – a primeira é em 1930, no Uruguai – a Copa do Mundo tornou-se um megaespetáculo internacional de mídia³, um megaevento de produção e consolidação da imagem de países, marcas, jogadores, personalidades. A busca de visibilidade é, segundo Eddie Cottle, autor de *Africa's World Cup: A Legacy for Whom?* (2011), o principal valor de troca da Fifa, pois, em busca dessa grande visibilidade internacional que potencialmente atrairia turistas, investimentos e recursos do exterior, são investidos grandes montantes pelos países-sede, o que pode mascarar um estado de exceção nas leis do país e das cidades-sede e um legado questionável, tanto com relação aos lucros, cujo fluxo segue, a maior parte, para o exterior (para a Fifa e as multinacionais associadas) quanto com relação ao patrimônio de estádios resultante, com alto valor de manutenção para o país.

A questão da imagem do Brasil articulada à realização da Copa é tão proeminente que o Ministério do Esporte lançou o *Plano de Promoção do País – A Copa do Mundo Fifa 2014 como plataforma de promoção do país* (2011)⁴ em que se institui uma mensagem única do governo para esse grande evento de mídia nacional e internacional que é a Copa. Os atributos que se quer agregar à imagem do país estão, portanto, fixados em duas frases: uma para o país, “vamos celebrar nossas conquistas e demonstrar nossas capacidades”; outra para o exterior, “o Brasil está pronto para encantar o mundo”. O futebol e todo o *marketing* que vem junto com a Copa representam uma oportunidade para o governo investir em um projeto de revalorização da imagem do país que potencialmente contrastaria com

³ Basta vermos os jornais de 1950, ano de realização da Copa do Mundo no Brasil, cuja cobertura nos jornais diários nacionais não passava de uma coluna, raras matérias de página inteira, quase nunca primeira página,

⁴ Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/plano_promocao_brasil.pdf - Acesso em: 25/10/2011.

as incertezas em relação aos feitos e à capacidade de fazer nacionais, que são a tônica nos discursos sobre o país no momento.

Por ser um megaevento de mídia e imagem, os símbolos oficiais da Copa são parte importante dessa visibilidade do país-sede e, assim como a bandeira e os símbolos nacionais, têm também uma biografia que se desenvolve nas relações de sentido (e não sentido) que se criam e recriam entre o símbolo e a comunidade que a usa (ou não). Pode-se dizer que os dois símbolos oficiais propostos para o evento, logomarca e mascote – que fixariam uma imagem do país na Copa – desencadeiam processos contra-discursivos e ações de protesto, que nos servirão de rastros para uma leitura mais ampla da polifonia discursiva que se dissemina em relação à Copa no país.

CRÍTICA DA IMAGEM dominante

Quando abrimos um dos vários links do *Google*-imagem que disponibilizam logomarcas da Copa de 2014, a profusão de emblemas produzidos não oficialmente parece ilustrar a ideia de Homi Bhabha de que a nação se escreve mais pela disseminação de sentidos do que pela unificação de um sentido hegemônico. Pela profusão de paródias, novos desenhos e comentários, pode-se indagar se a maquinaria imagético-discursiva do salto das diferenças à unificação (não é esta afinal a formação que fala através do desenho do emblema das três mãos que levantam a bola?) não daria sinais de esgotamento. Não sendo o emblema oficial capaz de reestabelecer com a população as relações de sentido pretendidas nem de estabilizar uma visibilidade-síntese do país – um *ethos* positivo verossímil –, o desenho deriva numa flutuação contra-discursiva que expõe, ao contrário, as diferenças, contradições, impropriedades que a escolha dessa imagem, que o próprio país e que as hierarquias internacionais em jogo encerram.

Estando mais sensível às vozes da população e seu nichos culturais, em março de 2012 a Fifa elege o tatu-bola como mascote oficial da Copa de 2014, candidato da ONG Associação Caatinga, do Ceará, símbolo que recebeu de imediato uma grande aceitação nas mídias sociais. Em lugar da imagem-síntese do país que a logomarca pretende construir, o mascote traz aos planos nacional e internacional uma expressão local, regional, representante de um bioma particular do nordeste, pelo qual se reafirmam a intimidade e a habilidade do brasileiro com

a bola. Se a imagem do tatu-bola vence a estranheza inicial de termos um animal que gosta fazer buracos, e o mascote cria um laço com a população, a escolha de seu nome revolve as redes sociais e um abaixo-assinado de mais de 10 mil pessoas circula na internet esperando que os nomes para escolha sejam alterados. As opções apresentadas pela Fifa – *Amijubi*, junção das palavras "amizade" e "júbilo", *Fuleco*, que reúne "futebol" e "ecologia", e *Zuzeco*, mistura de "azul" e "ecologia" – são fortemente repudiadas.

Mas o dissenso realmente sai das telas quando, para estimular a campanha em torno da escolha dos nomes do mascote, uma versão inflável do tatu-bola de sete metros foi espalhada a partir do final de setembro de 2012 em algumas cidades do Brasil, em praças, estádios e instituições do governo. Na primeira quinzena de outubro, três desses bonecos foram objeto de protestos: o primeiro, em 4 de outubro, em uma praça de Porto Alegre; o segundo, em 9 de outubro, em Brasília, na Esplanada dos Ministérios; e o terceiro, em 13 de outubro, em São Paulo, no Vale do Anhangabaú. Em geral, os grandes jornais forneceram poucas informações sobre essas ações e suas causas, não evidenciando que, pelo menos em Porto Alegre e São Paulo, trata-se de protesto organizado contra práticas associadas à Copa consideradas contrárias ao interesse público. A informação mais detalhada se encontra no *Youtube*, em que são postados vários vídeos gravados por anônimos e por participantes, dando alguma consistência a esses acontecimentos.

Em Porto Alegre, o que seria uma ciranda em torno do mascote como protesto ao uso do espaço público para exposição do boneco patrocinado pela Coca-Cola termina num grande confronto entre jovens e a polícia⁵. Em São Paulo, o protesto foi mais claramente organizado por um movimento intitulado “A cidade é nossa”, contra a valorização imobiliária e os incêndios nas favelas. Um vídeo postado no site do Uol⁶ registra um painel animado pelo refrão “é construtora, expulsão, a Copa não é futebol”, que faz estrebuchar por terra o enorme tatu verde e amarelo com sua camisa vermelha da Coca-Cola. As palavras finais “fora a

⁵ Vídeo intitulado “Morte do Tatu: por que o povo não aguenta tanta porcaria”. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=z1ZKXA12x44 Acesso em: 06/11/2012.

⁶Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/13383696> Acesso em: 06/11/2012.

especulação e a higienização! Essa Copa não é nossa!” completam o registro dessa queda do mascote. Mas esses vídeos são apenas a ponta de um *iceberg*.

O Rio de Janeiro, que é a cidade que potencialmente terá o maior peso na construção de uma imagem do país associada aos eventos esportivos – por ser a única a abrigar os dois eventos, Copa e Olimpíadas – enfrenta grandes obras e projetos para recepção desses eventos, entre eles a reforma do Maracanã e seus arredores para a Copa, os investimentos em mobilidade urbana (ampliação do metrô, inserção dos corredores de ônibus BRT etc.), a revitalização da Zona Portuária com o projeto Porto Maravilha, a construção do Parque Olímpico da Barra da Tijuca etc. A vocação do Rio para servir como imagem privilegiada do Brasil parece renovar-se neste momento, também eleita recentemente Patrimônio da Humanidade pela Unesco, como “paisagem cultural”.

É neste contexto de grande transformação da cidade para tornar-se o palco privilegiado dos megaeventos internacionais e vitrine paradigmática do país que se notam os esforços de uma singular produção audiovisual urbana – potencializada pelas possibilidades de solidariedades transnacionais que as técnicas de captação de recursos pela internet proporcionam – procurando tornar visíveis e audíveis os embates de forças nas áreas de remanejamento e que dão voz às comunidades que vêm sofrendo mais diretamente a intervenção do governo. A Paêbirú Realizações Cultivadas, sob a rubrica do projeto Domínio Público, disponibiliza na internet a versão piloto do documentário *Domínio Público*⁷, com versões legendadas em inglês, espanhol e francês, os vídeos *Domínio Público – Lei Elite da Copa* e *Domínio Público – Porto Maravilha – Para quem?* que registram e divulgam os processos de “revitalização” do Rio da perspectiva das populações que vêm sofrendo as ações de desapropriação e expulsão. Não há dúvida de que há muitos interesses com a valorização imobiliária dessas áreas e que muitas dessas comunidades sairão forçadamente de suas casas para ceder espaço a compradores e investidores de maior monta.

A mais evidente expressão dessa vontade política de eliminar da cidade aquilo que, pela ótica empresarial, não rende visibilidade e valor foi a (por enquanto) tentativa de demolição do prédio do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, pelo governo do Estado, visando à construção do Complexo do Maracanã para

⁷ Vídeos disponíveis em: <http://www.paebiru.com/>

receber a Copa de 2014. O objetivo específico seria atender às regras de segurança da Fifa, que exige plano de acessibilidade para evacuação do prédio em oito minutos e, no projeto do governo, uma das rotas de escape exige a demolição do prédio. Nas palavras da assessoria de imprensa do Governo do Rio de Janeiro ao Portal EBC⁸: “A demolição visa a abrir espaço para a transformação do Complexo do Maracanã em uma grande área de entretenimento e é necessária para que o futuro complexo atenda às necessidades de escoamento e circulação de público nos padrões internacionais seguidos por esse tipo de equipamento esportivo”.

O prédio, com 150 anos, há seis anos é moradia de índios de várias tribos do país que passaram a integrar a “Aldeia Maracanã” depois que o prédio foi abandonado. Para eles, a Copa do Mundo no Brasil é vivida como angústia e resistência. Nas palavras de Apurinã: “Isso aqui é um solo sagrado que conta a história dos índios que aqui viviam. Foram eles que deram nome ao estádio e até ao rio que passa por aqui. Temos uma árvore que até hoje atrai os pássaros maracanã, que chegam em busca de comida. Seria muito bom que os turistas que visitam o estádio pudessem ver também toda essa história e um pouco da cultura indígena”⁹.

O contraste entre as duas lógicas salta à vista: enquanto o governo fala em nome de um modelo internacional de entretenimento que entra no país com a Copa (embora a Fifa tenha negado ter solicitado a demolição do prédio) e de suas determinações de segurança, para o qual todos os esforços são justificáveis (inclusive os montantes gastos), o indígena constrói um lugar privilegiado de fala de quem, como herdeiro de uma comunidade que povoou primeiramente a região, deu nome a seus pássaros (do tupi *maraka' nã*) e rios e deveria ter seu lugar garantido no novo cenário através de um projeto de valorização do patrimônio cultural indígena que integrasse o circuito turístico da área. Mas, ao contrário, acompanham do outro lado da rua as obras milionárias de preparação do estádio, aguardando o momento do despejo.

⁸ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/01/manifestacao-cultural-contraderrubada-do-antigo-museu-do-indio-acontece-neste> Acesso em: 03/03/2013.

⁹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/museu-do-indio-tribo-maracana-promete-lutar-por-terreno-6467136> Acesso em: 03/03/2013.

Não há como não ver nessa orquestração nacional-internacional de uma revitalização da cidade a toque de caixa os rumores de um dispositivo de produção de visibilidade do país exercido desde os momentos mais iniciais da construção da nação no período historicamente pós-colonial: dos panoramas da cidade, que circularam amplamente pela Europa no século XIX na consolidação de um país-só-paisagem (em que o humano, o construído e suas condições são claramente minimizados); passando pela propaganda (“mentira no exterior”) que o governo brasileiro leva ao mundo ancorada em “estatísticas falseadas” e outros expedientes, e que resulta em avaliações incorretas de fora do país sobre “à libertação dos *últimos* escravos” no Brasil, denunciada por Joaquim Nabuco (2010, p. 111 e 112); até a renovação e higienização do Rio pela construção de um equivalente *belle époque* nos trópicos no início do século XX, que tinha propósitos claros de atrair credibilidade e capital estrangeiros.

É realmente expressivo que passados quase dois séculos de nossa Independência, esse dispositivo de produção de um país-só-imagem, que concentra seus esforços na cobertura de violações praticadas contra populações consideradas, por essa lógica, de “segunda classe”, continue a produzir seus efeitos. Ler esse passado no presente tem sido o motor de uma crítica pós-colonial no país, na direção de uma abertura de espaços para superação de nossas históricas heranças coloniais e pós-coloniais. Como nos sugere Elísio Macamo (2013, p. 251), cientista social moçambicano, “identificar os princípios éticos na base da ordem social brasileira que foram violados no processo de constituição da nação brasileira” e que, acrescentamos, ressurgem sob novas práticas.

Críticos como Silviano Santiago têm explicitado os impasses e desafios a partir dos quais as novas gerações pensam o país, sobretudo como traduzem seus anseios para aquém ou além do nacional, tal como proposto pelas teorias clássicas da identidade brasileira. Entre esses desafios, está a necessidade de rever o modo como as diferenças étnicas, linguísticas, religiosas e econômicas foram escamoteadas na construção de um todo nacional íntegro, “pela perda da memória individual do marginalizado e em favor da artificialidade da memória coletiva” (2008, p. 58). Essa tarefa requer uma revisão das práticas e discursos que fundaram a nacionalidade em uma unidade (supostamente harmoniosa) da diversidade, mas que mantiveram excluídos do nacional – sem acesso aos direitos e benefícios nacionais – os elementos étnicos que esses mesmos discursos integraram em sua retórica (SANTIAGO, 2011).

Uma crítica pós-colonial, proposta a partir do contexto geocultural brasileiro, tem enfatizado o quanto é o texto periférico – e não o texto dominante, como na crítica inglesa – o objeto de tematização de um projeto sensível à condição colonial no país. Para José Jorge Carvalho, a tarefa dessa crítica seria a de ouvir e inscrever as vozes de nossas populações ainda não inscritas no cânone, na medida em que são elas que inscrevem “as relações hierárquicas de poder que configuram nossa realidade” (CARVALHO, 2013, p. 92). Por outro lado, tem sido apontada a necessidade de que se desenvolva no país uma teorização pós-colonial própria e modelos de leitura que sejam alternativos à percepção da acomodação miscigenada: o texto cultural como lugar de espessamento das relações obscuras e não resolvidas de nossa formação sociocultural, em que as tensões de nossas relações inter-raciais enredam forçadamente discursos hegemônicos e subalternos num mesmo ato de fala (GOMES, 2013).

Distintas e reiteradas problematizações da afro-brasilidade têm sido articuladas em uma perspectiva pós-colonial de descolamento dos “atalhos” da nacionalidade e da neutralidade. Conceição Evaristo, escritora e pesquisadora negra, aponta o quanto as palavras de Edward Said (2007) no início de *Orientalismo* – atando sua condição de oriental a suas pesquisas sobre o orientalismo – foram de grande utilidade ao pesquisador negro, habituado a ouvir de professores e orientadores que o investigador deve se distanciar de suas circunstâncias de vida – a “ladainha da neutralidade”¹⁰. Em seu trabalho como escritora e pesquisadora, a contaminação de seus escritos como mulher negra é a tônica – o que a autora explicitou na expressão *escrev(ivência)*. De fato, com aquelas considerações sobre seu método, Said inaugurava condições de o pensamento relacionar-se de outra forma com seu contexto de experiência.

Somando-se aos esforços de outras áreas, os estudos pós-coloniais no Brasil contribuem com ferramentas, posicionamentos e fôlego novo para pautar processos de discursivização e subjetivação em temporalidades e angulações diversas da nossa experiência, sem pretender traduzir os diferentes processos a um operador comum. Nesse sentido, são evidências de uma insistência em contribuir para o enfrentamento dos problemas que se impuseram a partir das diferenças e desigualdades herdadas da colonização e que pertencem ao que, dialogando com

¹⁰ Em conferência no Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC-UFRJ) intitulada “Nos labirintos do silêncio de Anastácia: um grito de muitas vozes”, em 06 de outubro de 2011.

Roberto Schwarz (1977, p. 31), entendemos como “campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração histórica próprias” que têm peso, necessidade e exigem nossa atenção nesse lugar em que nos inserimos como intelectuais.

Mas como muitos dessas experiências se constituíram para além mesmo de cada país, em processos intra/intercontinentais, a pesquisa comparada é uma forma de tensionar os dispositivos de leitura e os resultados da análise. É neste ponto que a relação com outras sensibilidades pós-coloniais, com o que tem sido feito em outras partes do mundo, tem trazido um grande estímulo a pesquisas relacionadas e a metodologias comparadas, por exemplo, os estudos que se fazem no tempo-espaço da língua portuguesa, na América Latina, nas Américas¹¹ etc. Essa relação dinâmica entre sensibilidades geoculturais está na base de uma nova maneira de se produzir conhecimento, de uma nova solidariedade entre pesquisadores e intelectuais das periferias do mundo e que enseja uma nova relação entre pesquisas do sul e do norte.

É nessa confluência de perspectivas pós-coloniais que inserimos a necessidade de tematização de processos discursivos que extrapolam os limites disciplinares e teóricos a que estamos habituados, e que insistimos por vezes em fazer valer para as novas áreas interdisciplinares. Aqui nos interessou perceber nas margens dos discursos e das representações oficiais da Copa de 2014 no Brasil os esforços de enunciação de uma população cuja visão da cena não coincide com a vista privilegiada que se quer mostrar do país. Muitos desses esforços deixam seus rastros na internet, que permite uma disseminação desses olhares/falas para além das fronteiras do país, por vezes viabilizando solidariedades transnacionais em projetos de registro e compartilhamento de informações – como na produção alternativa de vídeos e documentários. A perspectiva pós-colonial está precisamente para isto, retomando mais uma vez as palavras de José Jorge Carvalho (2013, p. 92): “inscrever as obras (conjuntos de fragmentos) anônimas de nossas populações”, pois são elas que inscrevem “as relações hierárquicas de poder que configuram nossa realidade”. Inscrever é também sentir, pensar, fazer pensar.

¹¹ Ver, a respeito das especificidades e relações entre perspectivas da crítica pós-colonial, “Perspectivas pós-coloniais em diálogo” (ALMEIDA, 2013).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia. Perspectivas pós-coloniais em diálogo. In: ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; GOMES, Heloisa Toller (Org.). *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2013, p. 9-29. No prelo.

BHABHA, H. (Ed.). *Nation and Narration*. New York: Routledge and Keegan Paul, 1990.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna: para uma teoria da subalternidade e do luto cultural. In: ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; GOMES, Heloisa Toller (Org.). *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2013, p. 55-99. No prelo.

COTTLE, Eddie. *Africa's World Cup: A Legacy for Whom?* Cidade do Cabo: UKZN Press, 2011.

GASTALDO, Édison. *Pátria, chuteiras e propaganda: o brasileiro na publicidade da Copa do Mundo*. São Paulo: Annablume; São Leopoldo: Unisinos, 2002.

GOMES, Heloisa Toller. A problemática inter-racial na literatura brasileira: novas possibilidades interpretativas à luz da crítica pós-colonial. In: ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; GOMES, Heloisa Toller (Org.). *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2013, p. 100-118. No prelo.

GUEDES, Simone Lahud . *O Brasil nos campos de futebol*. Niterói: EDUFF, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HELAL, Ronaldo. *Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____.; SOARES, Antonio Jorge; LOVISOLO, Hugo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

MACAMO, Elísio. O pós-colonial *ante portas*: algumas notas de rodapé. In: ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; GOMES, Heloisa Toller

(Org.). *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2013, p. 247-256. No prelo.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANTIAGO, Silviano. Destino: globalização. Atalho: nacionalismo. Recurso: cordialidade. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, v. 4. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 161-181.

_____. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Between Prospero and Caliban: colonialism, postcolonialism and inter-identity. *Luso-Brazilian Review*. Madison, v. 39, n. 2, p. 9-43, 2002.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1977, p. 29-48.

WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

